

A Estrutura Sócio-espacial da Região Metropolitana de Goiânia.

GONÇALVES, Marcos David¹, CHAVEIRO, Eguimar Felício²
Palavras chave: Goiás, Região, metrópole, Goiânia.

Introdução

Apesar das transformações ligadas aos processos de descentralização econômica ocorridos ao longo de meados do século XX, Goiás se mantém altamente polarizada, com poucos, mas importantes pólos urbanos, onde se concentra parcela considerável da população. Diante desse modelo de desenvolvimento, o que se pretende com o presente trabalho é a caracterização da estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Goiânia, no aspecto demográfico, definindo a participação de cada município integrante, no intuito de desvelar os arranjos sociais e os problemas advindos dessa estrutura socioespacial.

Metodologia

Após a etapa de levantamento de fontes no Estado de Goiás referentes à proposta da pesquisa, elaborou-se em um primeiro momento um relatório parcial divulgando dados parciais sobre os aspectos sócioespaciais da região em questão. Num segundo momento o que se pretende com a elaboração deste relatório final é a formalização empírica de um produto científico que venha de encontro às necessidades de aperfeiçoamento dos estudos urbanos principalmente no quesito demográfico. Com base nas informações obtidas pelos pesquisadores envolvidos, o produto dessa pesquisa poderá vir a ser apresentado em Seminários, Congressos e eventos de cunho científico.

O trabalho em questão busca identificar e retratar as características sócio-espaciais da Região Metropolitana de Goiânia visando correlacionar a influência das transformações modernizantes neste território com o estereótipo da tradição goiana, que como podemos observar, se coloca na forma de entreposto às características impostas pelo novo modelo de desenvolvimento globalizante. Para efeito de estudos e organização do trabalho foram utilizados, os seguintes critérios:

- Levantamento de fontes no Estado de Goiás referentes à proposta da pesquisa.
- Contribuição no levantamento de fontes informativas vertidas para o objeto que será investigado.
- Participação na organização dos dados levantados.
- Elaboração de mapa temático correspondente à representação dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Goiânia em micro-regiões para melhor entendimento acerca das características socioespaciais desta região.

Para um melhor entendimento acerca das características socioeconômicas de cada município integrante da Região Metropolitana de Goiânia organizou-se estes em cinco micro-regiões: norte, nordeste, leste, oeste e Goiânia.

- Micro-região Norte: Goianira, Santo Antônio de Goiás e Nerópolis;
- Micro-região Nordeste: Anápolis, Terezópolis de Goiás e Goianápolis;
- Micro-região Leste: Aparecida de Goiânia, Hidrolândia e Senador Canedo;

¹ Aluno do 3º ano de geografia, bolsista PIBIC pelo Projeto Formação Territorial de Goiás cujo Sub-projeto é A Estrutura Sócio-Espacial da região Metropolitana de Goiânia.

² Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – orientador.

- Micro-região Oeste: Aragoiânia, Abadia de Goiás e Trindade;
- Micro-região de Goiânia: Goiânia.

Resultados e discussão

O Eixo Metropolitano reúne as três maiores cidades do Estado de Goiás: Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, além de mais dez núcleos urbanos de menor porte, pode ser considerado recente não só no aspecto da constituição legal, mas também como no processo de formação histórica. Em menos de 70 anos, tornou-se um aglomerado urbano que abriga cerca de dois milhões de pessoas e apresenta sinais evidentes de uma dinâmica de crescimento superior à de outras regiões metropolitanas do país. Seu processo de estruturação é marcado por quatro períodos distintos, no decorrer de sua historicidade.

O primeiro período (1933 a 1945) para Goiás foi progressista, houve o surgimento de Goiânia e a transferência da capital. Predominou a prática dos investimentos, a concepção e planejamento realizados pelo Estado que encerravam um forte espírito público. Goiânia nasceu como cidade planejada com vias largas, com proteção dos recursos naturais, com infra-estrutura programada em boa medida para suporte da ocupação urbana.

O segundo período (1946 a 1964) é marcado pela estruturação viária do Estado e o surgimento da CELG - Centrais Elétricas de Goiás. No período 60 a 64, instituiu-se a reforma agrária com a criação do IDAGO - Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, companhias de apoio, vários núcleos de colonização e simultaneamente uma proposta de planejamento mais ampla simbolizada pela Secretaria Estadual de Planejamento que desenvolveu o plano global abrangendo diferentes setores: agricultura, pecuária, energia elétrica, transportes, comunicações, educação e cultura, saúde e assistência social, turismo, entre outras, e que resultaram na estruturação administrativa do Estado.

No espaço da capital, o crescimento demográfico consolida a cidade como entreposto comercial de apoio à região Centro-Oeste.

Já no terceiro período (1964 a 1982) houve uma tentativa de recomposição do planejamento territorial, mas sem coerência entre os interesses da capital e do Estado. O surgimento de movimento especulativo nos municípios do entorno de Goiânia contrapôs-se ao esforço de planejamento que se instituiu a partir do PDIG - Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia. O surgimento dos conjuntos habitacionais induziu à ocupação e ao crescimento das cidades. Criou-se o AGLURG - Aglomerado Urbano de Goiânia, buscando-se estabelecer soluções de interesse comum para os problemas resultantes da conurbação entre os municípios, e no entanto, não se instituíram mecanismos de gestão que o viabilizassem.

Esse período a cidade assume o posto de metrópole regional, assumindo a função de servir o campo modernizado especialmente do sudeste de Goiás. O seu crescimento acelerado resultou do forte impacto da modernização da agricultura, transferindo uma gama enorme de população do campo para a cidade. Essa transferência, além de infundir-se na sua expansão, gerou a identidade urbana da metrópole goianiense, ou seja, uma cidade terciária de um estado agrícola moderno.

Por fim, no quarto e atual período (1983 aos dias atuais) começa a surgir os conjuntos habitacionais e loteamentos promovidos pelo Estado na região noroeste de Goiânia, em resposta à forte pressão e demanda habitacional pela população. Com a abertura de mercados e o fortalecimento da globalização, observou-se a redução do papel do Estado na economia. A política de ajustes, refletiu-se no incremento da população social e espacialmente excluída, na estagnação da qualidade de vida, na precarização dos serviços

de saúde, educação e transporte, e principalmente na depredação ou devastação dos recursos naturais e fragilização dos mananciais de abastecimento.

Esse período coincide com a metropolização de Goiânia já consolidada, colocando a cidade e o seu entorno como centros captadores de migrantes, especialmente do norte e do nordeste brasileiro. Atualmente a Região Metropolitana de Goiânia é composta pelos municípios de Goianira, Santo Antônio de Goiás, Nerópolis, Anápolis, Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Aparecida de Goiânia, Hidrolândia, Senador Canedo, Aragoiânia, Abadia de Goiás, Trindade e Goiânia, tem aproximadamente 2 milhões de habitantes, responsáveis por cerca de 45 % do PIB - Produto Interno Bruto do Estado de Goiás.

Com a crescente abertura econômica tem-se ampliado as demandas sociais, agravaram-se as necessidades de infra-estrutura, reduziu-se a capacidade de atuação e investimento dos governos nos níveis local, estadual e federal. No entanto, é possível perceber a geração de respostas para o enfrentamento e superação dessas situações, materializadas de forma fragmentada e dispersa territorialmente, na dinâmica regional. Mais que isso: Goiânia e o entorno se tornaram uma única realidade espacial, recheada de conflitos e problemas.

O presente trabalho concretiza as pesquisas desenvolvidas pelo projeto " A Estrutura Sócio-Espacial da Região Metropolitana de Goiânia", em atenção à demanda por novos estudos urbanos que não sejam marcados por uma visão setorial e intra-localista.

Conclusão

Perseguindo o intento de produzir a existência no espaço geográfico, o "indivíduo goiano" age das mais variadas formas estabelecendo práticas ora seletivas, ora fragmentadas ou marginalizantes que ajudam a reproduzir sempre as modalidades de organização espacial. Isto porque nos processos espaciais estão embutidas as dimensões culturais e políticas que não prescindem de exercer o controle sobre as formas de organização do espaço geográfico nesta região.

Os processos espaciais colocam em debate, portanto, a infindável necessidade dessa organização, vez que, a partir dela se estabelece um conjunto de outros processos sociais que orientam quanto à construção e a reconstrução de modalidades da relação sociedade e natureza. Tais processos resultam da consciência que instrui a necessidade de planejar, ordenar e gerir o espaço geográfico goiano. Os processos espaciais na Região Metropolitana de Goiânia produzem formas, movimentos e conteúdos que originam a sua organização espacial. Tais processos se caracterizam por usos da terra extremamente diferenciados. Além disso, as interações entre fluxos de capitais, o fenômeno das migrações diárias entre o local de trabalho, estudo e residência e o deslocamento de consumidores e trabalhadores, permitem integrar, ainda que de forma incipiente, as diversas partes do espaço urbano metropolitano.

Referências Bibliográficas

CHAVEIRO, Eguimar Felício; GONÇALVES, Marcos David. Tópicos da Estrutura Demográfica de Goiás: uma análise do cerrado pela demografia. In: II Simpósio Regional de Geografia. Uberlândia, UFU, 2003.

DEUS, J. Batista. As atuais transformações Estruturais na Economia Goiana e os seus desdobramentos nas Mudanças Sócioespaciais. In: Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade, ALMEIDA, M. G. (org), Goiânia: cegraf –UFG, 2002.